



## MUNICÍPIO DE ALCOUTIM

ATA N.º 18/2016

*Da reunião pública ordinária da Câmara Municipal de Alcouthim*

*Realizada em 12 de outubro de 2016*

----- Aos doze dias do mês de outubro de dois mil e dezasseis, nesta Vila de Alcouthim, Edifício dos Paços do Concelho e Sala de Sessões, reuniram-se em reunião pública ordinária, os membros da Câmara Municipal, Excelentíssimos Senhores Osvaldo Gonçalves, José Pereira, Paulo Paulino, Dalila Barros e José Galrito, respetivamente presidente e vereadores do referido Órgão do Município, cuja ordem de trabalhos fica arquivada em pasta anexa. -

----- **ABERTURA DA REUNIÃO:** -----

----- Verificando-se a presença da totalidade dos membros da Câmara, o Senhor presidente declarou aberta a reunião pelas onze horas, tendo a Câmara passado a ocupar-se do seguinte: -----

----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:** O presidente da Câmara usou da palavra para dar nota do ponto de situação, no que concerne ao desenvolvimento existente do Canil Intermunicipal, após reunião com os responsáveis dos municípios do referido projeto, nomeadamente sobre o assunto a ser tratado/discutido, em sede da AMAL-Comunidade Intermunicipal, referente ao modelo de gestão do espaço/equipamento “ou através de contrato interadministrativo ou a criação de uma associação de fins específicos”.

R

Realçou de seguida o apoio manifestado por parte de todos os municípios, pela forma como se encontra a decorrer o processo, *“e pelo facto da infraestrutura ficar sedeada no concelho de Alcoutim”*, bem como informar das alterações existentes a nível de custos ( € 1.700.000,00), tendo a vereadora Dr<sup>a</sup>. Dalila Barros questionado de seguida sobre o terreno, ao qual o presidente esclareceu que a premissa inicial, por parte da Edilidade de Alcoutim seria a disponibilização do terreno para acolher o investimento, sendo o resto da despesa dividida por todos os municípios. Continuou a sua intervenção informando que na parte da instalação/criação do equipamento, a nível das ligações de água/luz/esgotos terá que ser pensada uma solução, *“que poderá passar pela construção de uma fossa séptica”*. Findou dando nota ainda do arranque do *“Mestrado em Gestão Sustentável dos Espaços Rurais”*, na semana transata, realçando o reconhecimento por parte das entidades envolvidas e comunidade. -----

----- O vereador José Pereira interveio para solicitar cópia do Parecer da Associação Nacional dos Municípios Portugueses (ANMP), referente ao Loteamento Industrial. Mencionou de seguida que foi um documento que já foi solicitado várias vezes, em que foram os vereadores da oposição que sugeriram que o mesmo fosse solicitado à ANMP para *“assegurar alguma legalidade no processo”*, e que tem conhecimento que o mesmo já foi remetido à Autarquia, conforme informação prestada em reuniões anteriores, no entanto *“ainda não lhe foi entregue”* o que vem contradizer *“mais uma vez o que os senhores referem no Relatório da Oposição, que os documentos são entregues a tempos e horas”*, dando ainda de exemplo o referido pelo vereador Paulo Paulino na Assembleia Municipal. Finalizou questionando, no seguimento de informação prestada pelo sr. presidente, o feedback da reunião entre o presidente da Câmara e o membro do Governo, no que respeita à saúde no concelho de Alcoutim, dado que é *“um assunto que nos afeta a todos”*. -----

----- O presidente da Câmara interveio para mencionar que a questão é pertinente *“e de todo o interesse”*, dando nota de seguida de todos os esforços envidados junto das entidades competentes (Agrupamento de Centros de Saúde do Sotavento – ACES, Administração Regional de Saúde do Algarve – ARS, Governo), nomeadamente junto dos responsáveis na área da saúde, bem como a

A

auscultação realizada junto da população de Vaqueiros, por forma a tranquilizá-la e *“justificar perante a mesma que as posições tomadas não são decisões diretas da Câmara Municipal”*. De seguida elaborou uma pequena resenha sobre as posições tomadas, a nível da mudança do Dr. José Tavares para o Centro de Saúde de Alcoutim, a integração dos utentes da freguesia de Vaqueiros em Alcoutim, o processo de mobilidade da médica afeta à extensão de saúde de Martim Longo. Mencionou igualmente que foram tomadas as devidas diligências e após reuniões realizadas *“foi prometido pela ARS e Secretário de Estado Adjunto e da Saúde, Dr. Fernando Araújo que o processo de Alcoutim seria corrigido/debelado”*. Deu ainda nota da visita do Dr. Pedro Alves, ao local (Vaqueiros) para que o mesmo verificasse *in loco* as condições existentes e *“dizer efetivamente o que pretendíamos”*, no âmbito das soluções apresentadas. Rematou referindo que a única questão que ainda está a ser verificada é a questão da banda larga/acesso à internet, e que no momento *“aguardamos soluções”*, com a maior celeridade possível”. -----

----- O vereador José Pereira interveio para agradecer as explicações do presidente e questionar o feedback existente, no que concerne à reabertura da extensão de saúde de Vaqueiros. -----

----- O presidente da Câmara usou da palavra para frisar que o processo *“está a ser reavaliado”*, e que a Câmara Municipal pretende numa primeira fase a normalização do serviço de atendimento médico em Martim Longo, e posteriormente *“olharmos para aquilo que será a reabertura do posto de Vaqueiros”*. Findou dando conhecimento do rácio, no que se refere ao número de inscrições de utentes inscritos em outras extensões de saúde.-----

----- O vereador José Pereira interveio para mencionar que depreendeu que o posto médico de Vaqueiros tem condições de funcionamento, sendo o único problema a nível de comunicações (Internet, Banda Larga), como tal questiona ao fim de três anos de instalação da Fibra Ótica no concelho de Alcoutim, como se encontra o processo? Findou referindo que *“fazendo fé nas palavras do presidente temos a solução na mão, como tal considera que podemos pressionar”*, dando ainda informação sobre as exigências/negociações feitas entre a Edilidade e a Empresa Dstelecom, no anterior mandato, no concerne à colocação de uma infraestrutura de rede designada Point of Presence (POP), na

R

Piscina Municipal, em troca da instalação de Fibra Ótica em Vaqueiros. -----

----- O presidente da Câmara interveio para adiantar que *“ainda não está definido que haja cobertura de rede”*, no entanto, solicita a colaboração do vereador Paulo Paulino para esclarecimentos adicionais. -----

----- O vereador Paulo Paulino usou da palavra para esclarecer que existe fibra ótica, em Vaqueiros, *“o que não existe é operadores que queiram pagar para circular naquele canal”*. De seguida informou que ocorreram medições de sinal da rede radioelétrica GSM 3G, e nesse sentido considera que não existem grandes problemas de rede, *“e que na altura o que alegaram para o encerramento do posto médico de Vaqueiros foi instalações insuficientes e quebras de corrente”*, tendo o vereador José Pereira usado da palavra para mencionar que aquando do encerramento *“sugeriram a mudança”* de instalações para o Edifício da Escola Primária, e que o sistema informático foi a principal razão para o fecho da extensão de saúde, e como tal solicita cópia do processo, lembrando que o mesmo deverá ser entregue dentro do prazo (10 dias). -----

O vereador Paulo Paulino continuou a sua intervenção referindo que na Assembleia Municipal *“apenas referiu que não se recordava de nada que não tivesse sido entregue, e se faltava pedia que enumerassem para que fosse sanado o problema”*. -----

----- O presidente da Câmara interveio para frisar que a razão principal do encerramento da extensão de saúde prendeu-se pelo facto do edifício não possuir as dimensões exigidas por lei, e quando a Edilidade se propus efetuar obras no edifício é que colocaram o problema da fibra ótica/informática. Referiu igualmente que em sua opinião a razão principal do encerramento foi *“uma gestão cega de custos”*, lembrando de seguida as soluções apresentadas pelo grupo de trabalho criado, nesse âmbito. Findou frisando que reivindica os mesmos direitos e igualdade de critérios usados na reabertura da unidade do Azinhal, concelho de Castro Marim. -----

----- O vereador José Pereira usou da palavra para referir que gosta dos assuntos bem esclarecidos, e que o *“presidente tinha o direito/obrigação de ter conhecimento que existe”* internet/Banda Larga, em Vaqueiros. Mencionou de seguida que conforme informação prestada, pelo vereador Paulo Paulino o

problema que subsiste “*é de não existir clientes, para a banda larga*”, e nesse sentido que considera que a Câmara Municipal tem o “*trunfo na manga*”, sugerindo de seguida que a Autarquia seja um dos clientes dessa fibra ótica para que “*consigamos colocar aquilo que os senhores exigem, uma vez que paga muito menos do que os € 98.000,00*”. Findou solicitando ainda esclarecimentos sobre o parecer da ANMP. -----

----- O presidente da Câmara interveio para informar que o referido parecer foi para conhecimento da Comissão de Análise, e que os membros da mesma não corroboraram com o conteúdo, e nesse sentido foi solicitado novo parecer à PLMJ – Sociedade de Advogados, RL. -----

----- O vereador José Pereira usou da palavra para referir que o assunto foi retirado da ordem de trabalhos, por sugestão dos vereadores da oposição, “*para não se cometer uma ilegalidade*”, e nesse sentido considera que os mesmos tem o direito de possuir cópia do documento. Solicitou ainda cópia do novo parecer (PLMJ), assim que seja remetido à Câmara Municipal. -----

----- A vereadora Dr<sup>a</sup> Dalila Barros interveio para salientar no que concerne à colocação de médicos, na freguesia de Vaqueiros que o Governo/Estado tem em consideração apenas o número reduzido de utentes, descurando a parte social, no entanto, considera que deverão ser tomadas as devidas diligências. Concluiu referindo que o assunto é difícil, dado a conjuntura do país e do interior. -----

#### ----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA.** -----

----- **INFORMAÇÕES DIVERSAS - FINANÇAS MUNICIPAIS:** - Foi presente o resumo diário modelo T-dois da Tesouraria (n.º193) respeitante ao dia 11 de outubro, que apresentava os seguintes resultados: -----

----- Total de Movimentos de Tesouraria - €1.643.845,07; -----

----- Operações Orçamentais - € 1.401.166,86; -----

----- Operações Não Orçamentais - € 235.266,06. -----

----- Os membros presentes tomaram conhecimento ainda da falta do presidente da Câmara, na reunião ordinária da Assembleia Municipal de Alcoutim, no transato dia 29 de setembro. -----

R

----- **APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR:** O sr. presidente pôs à discussão a: -----

----- **Ata n.º 17/2016**, da reunião pública ordinária, realizada no dia 21 de setembro de 2016, cujo texto foi previamente distribuído pelos membros presentes. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida Ata. -----

----- **INDEMINIZAÇÃO À EMPRESA LUAR DO RIO - RESTAURAÇÃO E ANIMAÇÃO, LDA - RATIFICAÇÃO:** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar de acordo com o n.º 3 do artigo 35.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o disposto no artigo 164.º do Código do Procedimento Administrativo aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, ratificar o despacho datado de 30 de dezembro de 2015, em que atribui uma comparticipação financeira no valor de € 500,00 (quinhentos euros) a título de indemnização à empresa Luar do Rio – Restauração e Animação, Lda. -----

----- A vereadora Drª. Dalila Barros interveio para mencionar que “*no processo em discussão não está em causa a pessoa, nem o edifício, mas sim todo o procedimento que o assunto envolve*”. De seguida frisou que não entende porque é que o assunto veio novamente para ratificação, já que em 13/01/2016 o Chefe de Divisão, Dr. José Pires referiu que o “*assunto não podia ser retirado, dado que era uma ratificação*”, como tal solicita esclarecimentos. Findou referindo que em reuniões transatas solicitou cópia do documento remetido pela Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE), o qual foi entregue, no entanto, considera “*estranho*” que o mesmo se encontre datado de 10/05/2016, e tenha sido registado em 10/08/2016, “*três meses depois*”, neste sentido gostaria de saber “*o que se passa?*”. -----

----- O presidente da Câmara interveio para solicitar a colaboração do Chefe de Divisão, Dr. José Pires, para esclarecimentos adicionais, tendo o mesmo usado da palavra para explicar que de acordo com o n.º 3 do artigo n.º



35, da Lei 75/2013, de 12 de setembro “ *o presidente da Câmara Municipal pode praticar quaisquer atos da competência da Câmara Municipal, desde que na reunião seguinte o assunto seja ratificado, e que o assunto em questão foi retirado devido às dúvidas apresentadas. Informou ainda que, após a retirada do ponto e analisada a legislação, o presidente tomou conhecimento das alternativas existentes, de acordo com o Código de Procedimento Administrativo (CPA). Findou explicando as várias etapas do processo, dando conhecimento ainda que o documento da ASAE foi remetido via Fax, em 10/08/21016.* -----

----- A vereadora Dr<sup>a</sup>. Dalila Barros interveio para questionar se pode confirmar junto da ASAE, se o documento foi remetido por fax/ofício, em 10/08/2016, tendo o chefe de Divisão frisado que o “*poderá fazê-lo*”, bem como salientar que após a receção do parecer, o mesmo foi reencaminhado para a jurista, Dr<sup>a</sup>. Isabel Santos para avaliação, concluindo-se “ *que houve culpa da autarquia, na obtenção do documento necessário*”. -----

A vereadora Dr<sup>a</sup>. Dalila Barros continuou a sua intervenção mencionando que “*conhece bem o processo*”, e que apenas solicitou esclarecimentos sobre a ratificação, sendo que confirmará a data do envio do documento, junto da ASAE. Relembrou ainda que o assunto foi retirado, dado às “*certezas apresentadas por si na altura*”, uma vez que a matéria em causa faz parte do seu trabalho. Salientou por fim que o parecer emitido pela referida entidade “*deu-lhe razão*”, apesar “*dos senhores insistirem que a senhora solicitou licença de utilização e não licenciamento industrial, que é uma coisa completamente diferente*”. Concluiu lendo um trecho da ata de 13/01/2016, nomeadamente “*A instalação de um estabelecimento abrangido pelos n.ºs 1 e 2 do artigo 2.º (Decreto-lei n.º 234/2007, revogado pelo Decreto-lei n.º 48/2011, alterado posteriormente pelo Decreto-lei n.º 141/2012) está sujeita ao regime de mera comunicação prévia dirigida ao presidente da câmara municipal e ao diretor-geral das Atividades Económicas (DGAE), obrigatoriamente efetuada pelo titular da exploração ou por quem o represente no «Balcão do empreendedor»*”. -----

----- O vereador José Pereira usou da palavra para salientar igualmente que o assunto em questão “*não tem a ver com as pessoas, mas sim com o*

*procedimento em si*". Deu nota de seguida que foi devido às insistências dos vereadores da oposição que foi solicitado parecer, no entanto, considera que *"voltamos à estaca zero com esta decisão"*. Frisou ainda que é da opinião que *"não é um erro da Câmara Municipal"*, e que os pareceres da jurista da Edilidade *"valem zero"*, tendo de seguida procedido à leitura de pequenas tranches dos pareceres, para mostrar que os mesmos se contradizem uns aos outros. Finalizou frisando que *"estamos perante uma exceção que não concorda, nomeadamente de um erro da exploradora e não da Câmara Municipal. Um ato de favorecimento a amiguinhos, e não tolero isso, com dinheiros públicos. É muito grave, pode ser considerado crime, e não me envolvam, não quero envolver-me com assuntos desses"*. -----

----- A vereadora Dr<sup>a</sup>. Dalila Barros interveio para dar o exemplo dos procedimentos a ter em conta, por parte de um participante/feirante (enchidos), num evento da Câmara Municipal. Ainda referiu que gostaria de ter cópia do original do ofício enviado, pela sr<sup>a</sup>. D. Ilda Afonso, e datado de 11/02/2013. Findou referindo *"senhor presidente Alcoutim para todos, então que sejam todos tratados de igual forma"*. O vereador José Pereira alertou também para um erro/lapso constante num ofício, do referido processo. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por maioria, com 2 (dois) votos contra dos srs. vereadores José Pereira e Dr<sup>a</sup>. Dalila Barros aprovar a referida proposta. -----

----- Os vereadores do PSD apresentaram a seguinte declaração de voto oral: *"O nosso voto contra relativamente a este assunto é porque entendemos que o processo está mal conduzido, como já é hábito em alguns processos que os senhores trazem às reuniões de Câmara Municipal, e porque os pareceres jurídicos que existem contradizem-se completamente um ao outro, e como tal em nosso entender estamos perante um ato de favorecimento, em que estão envolvidos dinheiros públicos, por isso votamos contra"*. -----

----- A vereadora Dr<sup>a</sup>. Dalila Barros interveio novamente para mencionar que *"estou indignada, porque acho que não é forma de agir"*. -----

----- O vereador José Pereira usou da palavra para salientar que considera que a Câmara Municipal *"está a abrir exceções no futuro"*, dado que está sujeita a ser envolvida em tribunal, por processos de indemnização, dando



como exemplo de seguida a cobrança/pagamento de água (cartas fora de prazo).  
Findou referindo “ *atenção para o que andam a fazer* ”.-----

----- O presidente da Câmara interveio para repudiar uma frase do vereador José Pereira nomeadamente, “*favorecimento a amiguinhos*”, dado que não é “*com certeza o que está envolvido neste processo*”. -----

----- A vereadora Dr<sup>a</sup>. Dalila Barros interveio para referir “ *se vocês tem os pareceres a dizer que a situação não está correta, porque é que insistem nesta situação, porquê? São € 500,00 (quinhentos euros)* ”, tendo o presidente referido que o assunto encontra-se encerrado. -----

----- **COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA AO CENTRO PAROQUIAL DE VAQUEIROS PARA ORGANIZAÇÃO DO DIA INTERNACIONAL DO**

**IDOSOS - RATIFICAÇÃO:** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar ratificar de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o disposto no artigo 164.º do Código do Procedimento Administrativo aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro o despacho n.º 64/2016, de 30 de setembro que visou a atribuição de uma comparticipação financeira de € 9.000,00 (nove mil euros) ao Centro Paroquial de Vaqueiros, para fazer face a despesas relacionadas com as comemorações do Dia Internacional do Idoso. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade aprovar a referida proposta. -----

----- **GEMINAÇÃO ALCOUTIM/BLAIN – CANDIDATURA AO PROGRAMA ERASMUS – DECLARAÇÃO DE MANDATO -**

**RATIFICAÇÃO:** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar ratificar de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o disposto no artigo 164.º do Código do Procedimento Administrativo aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro o

R

despacho n.º 63/2016, de 30 de setembro que determina a apresentação por parte do município de Blain, o formulário de pedido de uma subvenção ao abrigo do programa Erasmus + com Erasmus Agence France +/Educação Formação França. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **ACORDO ESPECIFICO DE COLABORAÇÃO ENTRE A FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DA UNIVERSIDADE DO ALGARVE E O MUNICÍPIO DE ALCOUTIM, NO ÂMBITO DO CURSO DE 2.º CICLO EM GESTÃO SUSTENTÁVEL DOS ESPAÇO RURAIS -**

**RATIFICAÇÃO:** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar ratificar de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o disposto no artigo 164.º do Código do Procedimento Administrativo aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro o Acordo específico de colaboração entre a Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade do Algarve e o Município de Alcoutim, no âmbito do curso de 2.º ciclo em Gestão Sustentável dos Espaços Rurais. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE ALCOUTIM E A ASSOCIAÇÃO PARA O ESTUDO DA DIABETES MELLITUS E DE APOIO AO DOENTE DIABÉTICO DO ALGARVE – AEDMADA – PROJETO APOIO AO DOENTE DIABÉTICO DE ALCOUTIM:**

Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar ao abrigo da LCPA, conjugado com o disposto na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, aprovar o protocolo de colaboração entre o município de Alcoutim e a Associação para o estudo da Diabetes Mellitus e de apoio ao

doente diabético do Algarve – AEDMADA para o projeto “apoio ao doente diabético de Alcoutim, com uma previsão de custos de € 4.500,00 (quatro mil e quinhentos euros). -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:** Não se realizaram intervenções. -----

----- **MINUTA DA ATA:** Nos termos e para os efeitos do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, bem como o disposto no nº 4 do artigo 20º do Regimento da Câmara Municipal de Alcoutim, foram deliberadas na Reunião de Câmara de 12 de outubro de 2016, as propostas acima referidas, e para que as mesmas adquiram eficácia, conforme previsto no nº 4 do artigo supra citado, foi lida a minuta da Ata, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

----- **ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:** - E nada mais havendo a tratar, pelo Excelentíssimo Senhor presidente, foi encerrada a reunião, pelas doze horas e oito minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que está conforme a minuta aprovada no final da mesma e vai ser assinada pelo senhor presidente e por mim, José Domingos Teixeira Pires, Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, Cultura e Desporto, da Câmara Municipal de Alcoutim que a redigi, e mandei lavrar. -----

O Presidente

O Secretário

